

FINANÇAS

BB compra 49% do Banco Votorantim

Acordo prevê que BB pague cerca de R\$ 5,5 bilhões pelas ações e que o poder de decisão seja compartilhado

ED FERREIRA/AE - 25/3/2008

Ricardo Grinbaum
Fábio Graner

O Banco do Brasil fechou acordo para a compra de pouco menos da metade do Banco Votorantim. Segundo fontes ligadas ao negócio, o BB deve pagar cerca de R\$ 5,5 bilhões por aproximadamente 49% do banco.

Ontem, o presidente do BB, Antonio Francisco de Lima Neto, negou à imprensa que haja "negociação em curso". Mas o Conselho de Administração do BB se reuniu por seis horas para debater o assunto e fontes ligadas ao negócio dizem que o acordo poderá ser anunciado nos próximos dias.

Uma das principais divergências entre os Ermírio de Moraes, donos do Votorantim, e o BB foi superada nos últimos dias, depois de três meses de negociações.

Os Ermírio de Moraes queriam vender parte das ações para reforçar o banco, depois da crise que atingiu as instituições financeiras, em outubro. Mas temiam que o banco ficasse sob o regime de uma estatal. Já o BB queria controlar o Banco Votorantim.

A compra de parte do BV é a terceira concluída pelo BB nos últimos meses

A solução encontrada foi manter pouco mais de 50% das ações nas mãos do grupo Votorantim, mantendo o status de banco privado. Em compensação, o poder de decisão será compartilhado. O BB terá direito a metade das seis vagas do Conselho de Administração do Banco Votorantim.

Foi definido também que a presidência do Conselho será alternada entre representantes do BB e do Votorantim. O primeiro presidente do Conselho depois de sacramentado o negócio deverá ser indicado pelo BB.

PAGAMENTO

Faltam poucos detalhes para o acordo final, além de uma auditoria de praxe no banco. O principal ponto a ser resolvido é a forma de pagamento. Parte dos recursos será paga em dinheiro. Outra parte será paga por meio de uma injeção de capital no Banco Votorantim.

Uma terceira parte será re-

cebida pelo grupo, por meio de uma distribuição de dividendos a ser feita pelo Banco Votorantim antes da transferência das ações. A combinação entre as modalidades de pagamento definirá o valor a sair dos cofres do BB.

ITAÚ

A compra de parte do BV é a terceira concluída pelo BB nos últimos meses. Antes disso, o BB levou a Nossa Caixa, de São Paulo, e o Banco do Piauí. O BB negocia ainda a compra do BRB (Banco Regional de Brasília), avaliado em aproximadamente R\$ 800 milhões.

A safra de aquisições é uma reação à união entre o Itaú e o Unibanco, anunciada no início de novembro. Com a união, o Itaú ultrapassou o BB e se tornou o maior banco do País. Com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o BB decidiu retomar a primeira posição.

Mas mesmo com as últimas aquisições, a liderança continua com o Itaú-Unibanco. Segundo dados dos balanços de junho, o Itaú-Unibanco teria R\$ 515,84 bilhões em ativos, contra R\$ 507,99 bilhões, do BB.

O principal interesse do BB no Votorantim é pela carteira de financiamento de automóveis. Nos últimos tempos, o BB estava se esforçando para crescer nessa área. O Votorantim é um dos líderes desse mercado, com uma carteira de empréstimos de R\$ 17,9 bilhões, segundo dados de junho.

Embora tenha uma situação financeira sólida, o Banco Votorantim virou alvo dos concorrentes depois do agravamento da crise internacional. Seu modelo de negócios foi colocado à prova.

De um lado, o banco sofreu saques por causa de boatos envolvendo a área industrial do grupo. No auge da crise, não se sabia se as perdas com operações de derivativos sofridas pelo Votorantim poderiam afetar o banco.

Por outro lado, a captação de recursos no mercado ficou mais difícil. Em todo o mundo, os bancos que têm redes de agências ganharam terreno. A base de clientes facilita a obtenção de recursos a um custo mais baixo. ●



NOVO NEGÓCIO - Fachada da sede do Banco do Brasil, em Brasília; faltam poucos detalhes para finalizar compra de parte do Votorantim

BNDES recebeu reforço de R\$ 40,5 bi e deve retomar captações no exterior

Irany Tereza
RIO

O reforço de caixa que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu do governo desde de novembro do ano passado, no empenho para garantir financiamento a empresas nacionais, somou R\$ 40,5 bilhões e pode representar quase metade dos recursos liberados pelo banco em 2008. O volume exato de desembolsos no ano passado ainda não foi divulgado, mas deve ficar acima de R\$ 90 bilhões, dos quais em torno de R\$ 50 bilhões vieram de recursos próprios.

Somente do Tesouro Nacional o BNDES obteve R\$ 27,5 bilhões, dos quais R\$ 22,5 bilhões já saíram do caixa, na forma de empréstimos. Os restantes R\$ 5 bilhões já estão contabiliza-

dos nas provisões do banco para 2009. Outros R\$ 6 bilhões vieram do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), numa operação envolvendo títulos públicos chamados CVS (oriundos do Fundo de Compensações Salariais - FCVS, do antigo Sistema Financeiro da Habitação). Por fim, no dia 29 de dezembro, entraram no caixa mais R\$ 7 bilhões do Fundo de Investimentos (FI) do FGTS.

"Foi inacreditável, uma verdadeira emoção praticamente no último dia útil de 2008", brinca Maria Isabel Aboim, superintendente da Área Financeira do BNDES. Ela comenta que, historicamente, os desembolsos do banco são quase integralmente garantidos pelo retorno de caixa próprio.

Captações extras não chega-

vam a representar 20% da participação no funding. No ano passado, depois de sete anos de ausência no mercado externo, o BNDES voltou a captar e, pela primeira vez em sua história, emitiu Certificados de Depósitos Bancário (CDBs).

A excepcionalidade do ano passado - causada pelo agravamento da crise financeira internacional num momento de forte investimento da indústria doméstica - deve se repetir este ano, estima ela. "O comportamento em 2008 foi algo totalmente inusitado, uma situação nova. Tudo está indicando que o mesmo comportamento se repetirá em 2009. A demanda continua forte e o que estamos vendo é uma repetição de padrão."

Ela não descarta o retorno do BNDES ao mercado externo, até para "abrir caminho" pa-

ra empresas brasileiras no exterior, num efeito semelhante ao que o governo obtém com operações do Tesouro no lançamento de papéis da dívida.

"O BNDES não deve depender desse tipo de captação para o funding este ano porque isso é muito incerto. Mas o banco deve, sim, acessar este tipo de mercado. É muito importante estrategicamente diversificar as fontes", diz Maria Isabel. Mas, considerando as necessidades de volumes, que são relevantes, "o BNDES não pode depender de mercados que hoje abrem e depois fecham", ponderou.

Neste primeiro semestre, o caixa do banco vai ganhar reforço extra com a entrada de recursos negociados com organismos multilaterais. O banco passou, no fim do ano passado, por um intenso período de negociações com o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, além do Eximbank japonês, JIBC.

Ontem, o banco anunciou a liberação de US\$ 250 milhões pela instituição japonesa. ●

Artigo

O estímulo de que o Brasil realmente necessita

Roger F. Noriega*
Apoorva Shah*

Na ocasião do estouro da crise financeira mundial, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, garantiu publicamente que o declínio econômico era problema de George W. Bush e não do Brasil.

Infelizmente, essas declarações corajosas logo foram sobrepuidas pela impressionante profundidade e amplitude do choque financeiro global. A bolsa de valores brasileira (Ibovespa) teve queda de 45% desde junho, o real se desvalorizou em 29% num período de três meses; e a produção econômica cresceu no seu menor ritmo desde 2006.

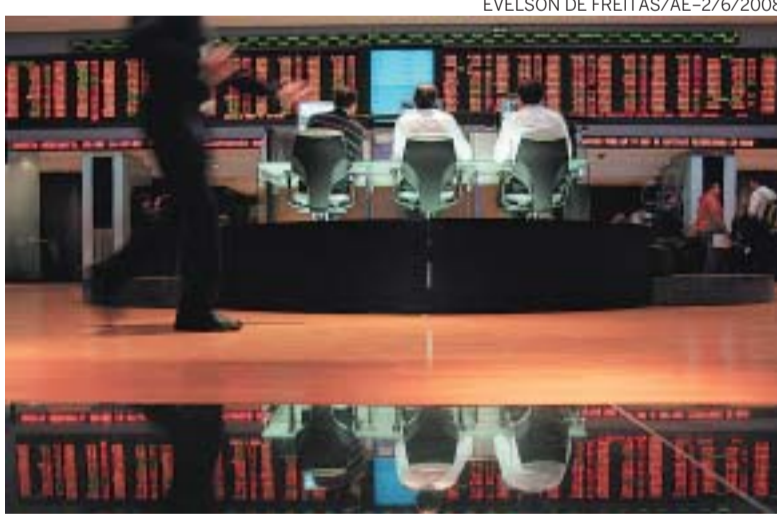
Com mais de uma década de crescimento econômico e redução da pobreza em jogo, o Brasil anunciou um pacote de estímulo para combater os efeitos desses graves acontecimentos - foram disponibilizados R\$ 3,6 bilhões em cortes de impostos e R\$ 10 bilhões em crédito para empresas brasileiras endividadas. Mesmo com a intervenção do governo, Lula reconhece que uma onda de demissões em mas-

sa e uma menor receita proveniente das exportações podem vir a fazer parte dos problemas do País.

Enquanto o presidente brasileiro pondera a respeito do seu legado, ele precisa entender que o estímulo por si só não fará nada além de preservar o status quo: uma economia melhorada, mas ainda frágil, cujo crescimento constante e sustentado é ameaçado por obstáculos sociais e políticos que custam a ser superados. Se Lula e sua equipe pensarem estrategicamente, eles responderão à incerteza generalizada em relação à economia com uma série de reformas ousadas e há muito necessárias.

Lula pode começar pela reforma do sistema tributário brasileiro, antiquado e bizantino, o qual exige uma média de 2.600 horas para garantir o pagamento dos encargos corporativos e consome quase 70% dos lucros. Os empreendedores brasileiros com frequência brincam afirmando que o trabalho de verdade começa apenas depois de abril - eles passam o primeiro trimestre de cada ano preenchendo os formulários do imposto de renda. No atual clima econômico, trata-se de uma piada de péssimo gosto.

Uma estrutura tributária simplificada seria uma bênção para as pequenas e médias empresas, as quais são responsá-



EVLSON DE FREITAS/AE-2/6/2008

BIG MAROLA - Queda do Índice Bovespa chegou a 45% desde junho

veis pela geração da maioria dos postos de trabalho e da renda nas economias em desenvolvimento. Isso também ajudaria a atrair o investimento estrangeiro direto, que estagnou durante a última década.

Investimento em infraestrutura nunca foi tão urgente

De fato, desde 2000 o fluxo de investimentos estrangeiros diretos foi reduzido de 5% para menos de 2% do PIB. (Além disso, proteções mais confiáveis à propriedade intelectual ajudariam a atrair o capital estrangei-

ro). Num contexto em que pacotes multibilionários de estímulo econômico são apresentados em todo o mundo, advogar em prol da prudência fiscal pode parecer fora de moda.

De fato, o investimento brasileiro na infraestrutura interna nunca foi tão urgente. Ainda assim, os gastos governamentais excessivos e equivocados do País constituem há muito um obstáculo crônico para a competitividade do Brasil.

Retomar o controle sobre os gastos, mesmo com a aproximação das eleições, será uma medida bem-vinda.

Os gastos com a educação são outro investimento que vale a pena numa sociedade que busca atingir uma maior igualdade. Mas o acesso à sala de aula

nada significa sem o comprometimento com a qualidade. De fato, mais de 20% dos estudantes brasileiros repetem de ano durante o ensino fundamental, uma proporção superior a qualquer outro país latino-americano (e três vezes maior do que a observada entre os estudantes de Níger, Gana e Zâmbia.) A educação é um investimento que só faz sentido se produzir resultados.

Nos países em desenvolvimento, a desigualdade de renda sempre representa um problema grave. Mas esta disparidade é especialmente problemática no Brasil, onde 10% dos habitantes mais pobres detêm uma parcela da renda do país menor do que há 20 anos. As oportunidades econômicas não serão partilhadas de maneira mais equânime enquanto as instituições políticas e o respeito à lei permanecerem enfraquecidos.

Desfrutando de uma popularidade histórica, Lula deveria investir parte do considerável capital político que ele conquistou no ataque aos problemas da corrupção e da política de conchavos entre amigos, modernizando as instituições políticas brasileiras para que estas possam melhor servir a todos os cidadãos do País.

Lula também poderia exercer uma liderança global trabalhando para pôr fim ao impasse nas negociações da Organiza-

ção Mundial do Comércio, fazendo a sua parte para promover um sistema comercial fundado sobre regras e para acabar com os subsídios agrícolas. Uma política comercial aberta ajudará a aliviar parte da dor provocada pela queda nos preços do petróleo, a incentivar as exportações, e a dar apoio aos agricultores pobres do vultoso setor agrícola do País.

Como o próprio Lula, 20 milhões dos seus compatriotas foram tirados da pobreza nos últimos seis anos. O programa de combate à pobreza do presidente, o Bolsa Família, beneficiou mais de 11 milhões de brasileiros pobres. Ainda assim, os gastos públicos não oferecem, sozinhos, uma solução permanente para a pobreza. A única maneira de Lula consolidar o seu legado na esteira da aguda crise financeira atual é pressionando pela realização de reformas estruturais e pelo investimento no capital humano, medidas há muito necessárias. ●

* **Roger F. Noriega** é bolsista visitante do American Enterprise Institute. Sua firma de advocacia, Tew Cardenas LLP, representa o governo dos Estados Unidos e de outros países, além de empresas.

* **Apoorva Shah** é pesquisador assistente do American Enterprise Institute.